



CONFEDERAÇÃO NACIONAL DAS COOPERATIVAS CENTRAIS UNICRED'S - UNICRED DO BRASIL

CNPJ/MF nº 00.315.557/0001-11



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
A Diretoria da Confederação Nacional das Cooperativas Centrais Unicred's - Unicred do Brasil, em cumprimento às disposições legais e estatutárias apresenta às suas associadas as Demonstrações Financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 e o semestre findo em 31 de dezembro de 2013, bem como as Notas Explicativas e o Relatório dos Auditores Independentes. São Paulo - SP, 27 de fevereiro de 2014

BALANÇOS PATRIMONIAIS em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012				DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO				DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA			
(Em milhares de reais)				(Em milhares de reais)				(Em milhares de reais)			
	Nota	2013	2012		Nota	2013	2012		Nota	2013	2012
Ativo				Passivo				2º Semestre de 2013 e Exercícios Ffindos em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012			
Circulante		97.001	94.084	Circulante		94.971	91.888	2º semestre			
Disponibilidades	3	3	6	Relações interfinanceiras	9	71.613	70.551	Exercício			
Títulos e valores mobiliários	3 e 5	79.090	86.898	Outras obrigações	10	23.358	13.037	Exercício			
Outros créditos	6	17.896	7.168	Não circulante		535	355	Recetas da intermediação financeira	3.358	6.066	6.595
Outros valores e bens		11	12	Exigível a longo prazo		309	1.119	Títulos e valores mobiliários	3.313	5.002	6.689
Não circulante		1.381	1.324	Outras obrigações	10	535	355	Ingressos de depósitos intercooperativos	45	78	75
Realizável a longo prazo				Patrimônio líquido	12	2.876	3.165	Despesas da intermediação financeira	(3.201)	(5.835)	(6.490)
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	1.046	968	Capital social		909	1.119	Operações de captação no mercado	(3.201)	(5.835)	(6.490)
Outros créditos	6 e 10	60	49	Reserva de sobras		1.699	1.699	Resultado bruto da intermediação financeira	157	231	205
Investimentos	2b, 6 e 15	15	15	Sobras acumuladas		268	347	Outras (despesas) receitas operacionais	(1.292)	(232)	204
Imobilizado de uso	7	249	280	Total do passivo e patrimônio líquido		98.382	95.408	Despesas de pessoal e honorários	(3.278)	(5.710)	(4.599)
Intangível	8	11	12					Outras despesas administrativas	(5.187)	(8.709)	(7.421)
		98.382	95.408					Outras despesas operacionais	(43)	(66)	(21)

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
2º Semestre de 2013 e Exercícios Ffindos em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional: A Confederação Nacional das Cooperativas Centrais Unicred's - Unicred do Brasil (Confederação), constituída por cooperativas centrais e integrantes do sistema Unicred em 10 de julho de 1994, conforme Assembleia Geral, e homologação pelo Banco Central do Brasil em 19 de outubro de 1994, conforme publicado no Diário Oficial de 24 de outubro de 1994. Tem sua constituição e funcionamento regulamentado pela Resolução CMN/Bacen nº 3.859/2010 e Estatuto Social. Tem sede e foro na cidade de São Paulo SP com área de atuação em todo território nacional. Tem por objetivo orientar e coordenar as atividades das cooperativas centrais associadas, nos casos em que o vultoso dos empreendimentos transcender o âmbito de capacidade ou conveniência de atuação das suas associadas.

2. Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais práticas contábeis: a. Apresentação das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente aquelas aplicáveis às instituições Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/1971 e Lei Complementar nº 130/2009 e as normas e instruções do Bacen, apresentadas conforme o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e os pronunciamentos, orientações e as interpretações pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovados pelo Bacen até o momento (CPC 00 R1, 01, 03, 05, 10, 23, 24, 25). As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da Administração da Confederação, e foram aprovadas pela Administração em 6 de fevereiro de 2014. b. Descrição das principais práticas contábeis: As principais práticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

3. Ajuste de balanço: Os ingressos e depósitos conhecidos pelo regime de competência do exercício. b.2. Estimativas contábeis: A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Confederação no processo de aplicação das políticas contábeis. As demonstrações financeiras da Confederação incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas úteis do ativo imobilizado, provisão para perdas nas operações de crédito, provisão para contingências e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas. A Administração da Confederação monitora e revisa as estimativas e suas premissas pelo menos semestralmente. b.3. Caixa e equivalentes de caixa: Compreendem dinheiro em caixa, depósitos bancários livres e títulos valores mobiliários livres, de curto prazo e de alta liquidez, e conforme a intencionalidade da Administração da Confederação. Os títulos e valores mobiliários livres são avaliados pelo custo ou valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas até a data do balanço. b.4. Aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários: Classificados conforme a intenção da Administração da Confederação em mantê-los até o vencimento, e são avaliados pelos rendimentos auferidos até a data do balanço, não superando o valor de mercado. b.5. Devedores por depósitos em garantia: Seja por determinação judicial ou espontaneamente pela Administração da Confederação, foram depositados valores para suportar passivos contingenciais das matérias, for considerado não recuperável (teste de imparidade) pela participação societária avaliada ao custo de aquisição na CNAC Confederação Nacional de Auditoria Cooperativa, de R\$ 15, b.7. Imobilizado de uso: As imobilizações de uso são demonstradas pelo custo de aquisição deduzido da depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, aplicando-se taxas que contemplem a estimativa de vida útil-econômica dos bens. b.8. Intangível: Determinado pelo valor dos gastos, que são amortizados pelo método linear em função do prazo dos benefícios futuros esperados. b.9. Redução ao valor recuperável de ativos: O imobilizado e outros ativos não financeiros são revisados semestralmente pela Administração da Confederação para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil não seja recuperável (teste de imparidade). b.10. Relações interfinanceiras: Representam o montante dos recursos das cooperativas centrais associadas centralizadas pela Confederação, e incluem os encargos e variações monetárias contratadas até a data do balanço. b.11. Provisões: As provisões são constituídas como resultado de um evento passado, sendo provável a ocorrência de um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação no futuro. As provisões são registradas tendo como base a estimativa do risco envolvido. b.12. Demais ativos e passivos: Os demais ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas. b.13. Ativos e passivos contingentes: Os ativos contingentes não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências concretas que assegurem a sua realização. Os passivos contingentes são reconhecidos contabilmente pela Administração da Confederação quando, com base na opinião dos assessores jurídicos e outras fontes de matérias, for considerado que há risco de perda de ações judicial ou administrativa, gerando uma possibilidade de perda de recursos no futuro para a liquidação dessas ações e, ainda, quando os montantes envolvidos possam ser mensurados com suficiente segurança. Esse é um julgamento subjetivo, sujeito às incertezas de uma previsão sobre eventos futuros, mas que leva em consideração o fundamento jurídico da causa, a validade de produção de provas, a jurisprudência em questão e a possibilidade de recorrer a instâncias superiores e a experiência histórica. A Administração da Confederação revisa periodicamente a situação dos passivos contingentes. b.14. Segregação do circulante e não circulante: Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a doze meses estão classificados no circulante, e os, com prazos superiores, no não circulante. b.15. Demonstração do fluxo de caixa: As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão sendo apresentadas de acordo com o estabelecido pelo CPC e Bacen. 3. Caixa e equivalentes de caixa:

	2013	2012
Disponibilidades	4	6
Depósitos bancários	79.090	86.898
Títulos e valores mobiliários (nota 5)	79.094	86.904

	2013	2012
Depósitos voluntários das centrais	21.915	24.222
Depósitos FD 90% das centrais	49.698	54.529
	71.613	78.851

	2013	2012
Saldo em 1º de janeiro de 2012	46	585
Depósitos realizados/reversão de provisão	3	(230)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	49	355
Depósitos realizados/constituição de provisão	11	180
Saldo em 31 de dezembro de 2013	535	535

	2013	2012
Depósitos voluntários das centrais	21.915	24.222
Depósitos FD 90% das centrais	49.698	54.529
	71.613	78.851

	2013	2012
Saldo em 1º de janeiro de 2012	46	585
Depósitos realizados/reversão de provisão	3	(230)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	49	355
Depósitos realizados/constituição de provisão	11	180
Saldo em 31 de dezembro de 2013	535	535

	2013	2012
Saldo em 1º de janeiro de 2012	46	585
Depósitos realizados/reversão de provisão	3	(230)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	49	355
Depósitos realizados/constituição de provisão	11	180
Saldo em 31 de dezembro de 2013	535	535

	2013	2012
Saldo em 1º de janeiro de 2012	46	585
Depósitos realizados/reversão de provisão	3	(230)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	49	355
Depósitos realizados/constituição de provisão	11	180
Saldo em 31 de dezembro de 2013	535	535

	2013	2012
Saldo em 1º de janeiro de 2012	46	585
Depósitos realizados/reversão de provisão	3	(230)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	49	355
Depósitos realizados/constituição de provisão	11	180
Saldo em 31 de dezembro de 2013	535	535

	2013	2012
Saldo em 1º de janeiro de 2012	46	585
Depósitos realizados/reversão de provisão	3	(230)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	49	355
Depósitos realizados/constituição de provisão	11	180
Saldo em 31 de dezembro de 2013	535	535

	2013	2012
Saldo em 1º de janeiro de 2012	46	585
Depósitos realizados/reversão de provisão	3	(230)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	49	355
Depósitos realizados/constituição de provisão	11	180
Saldo em 31 de dezembro de 2013	535	535

	2013	2012
Saldo em 1º de janeiro de 2012	46	585
Depósitos realizados/reversão de provisão	3	(230)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	49	355
Depósitos realizados/constituição de provisão	11	180
Saldo em 31 de dezembro de 2013	535	535

	2013	2012
Saldo em 1º de janeiro de 2012	46	585
Depósitos realizados/reversão de provisão	3	(230)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	49	355
Depósitos realizados/constituição de provisão	11	180
Saldo em 31 de dezembro de 2013	535	535

	2013	2012
Saldo em 1º de janeiro de 2012	46	585
Depósitos realizados/reversão de provisão	3	(230)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	49	355
Depósitos realizados/constituição de provisão	11	180
Saldo em 31 de dezembro de 2013	535	535

	2013	2012
Saldo em 1º de janeiro de 2012	46	585
Depósitos realizados/reversão de provisão	3	(230)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	49	355
Depósitos realizados/constituição de provisão	11	180
Saldo em 31 de dezembro de 2013	535	535

	2013	2012
Saldo em 1º de janeiro de 2012	46	585
Depósitos realizados/reversão de provisão	3	(230)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	49	355
Depósitos realizados/constituição de provisão	11	180
Saldo em 31 de dezembro de 2013	535	535

	2013	2012
Saldo em 1º de janeiro de 2012	46	585
Depósitos realizados/reversão de provisão	3	(230)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	49	355
Depósitos realizados/constituição de provisão	11	180
Saldo em 31 de dezembro de 2013	535	535

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
AVISO DE ADIAMENTO DE LICITAÇÃO - ORIGEM SRH CONCORRÊNCIA PÚBLICA
NACIONAL Nº 20130099 IG Nº 80279900
OBJETO: LICITAÇÃO DO TIPO MENOR PREÇO PARA A EXECUÇÃO DAS OBRAS DE CONSTRUÇÃO DA ADUTORA DE FORTIM, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS, NO MUNICÍPIO DE BEBERIBE, ESTADO DO CEARÁ. A Comissão Central de Concorrências, no uso de suas atribuições legais, comunica aos interessados, que em razão da necessidade de ajustes no Edital, a data para recebimento de documentação e propostas marcada inicialmente para o dia 21/03/2014, às 16:30h(dezesseis horas e trinta minutos), fica ADIADA até data posterior. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 12 de Março de 2014. MARIA BETÂNIA SABOIA COSTA - vice-presidente da CCC

PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUAPE
ESTÂNCIA BALNEÁRIA
PREGÃO PRESENCIAL Nº003/2014
PROCESSO Nº 016/2014
O Prefeito Municipal de Iguaçu, Joaquim Antonio Coutinho Ribeiro, no exercício de suas atribuições legais determina a abertura do processo licitatório na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2014-Processo nº 016/2014, nos termos da Lei nº 8.666/93. Os interessados na presente licitação poderão retirar o EDITAL no Setor de Compras da Prefeitura Municipal de Iguaçu, no Paço Municipal, com endereço à Rua XV de novembro, 272, centro, Iguaçu/SP.
Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios de Hortifrutigranjeiros para Merenda Escolar. Entrega dos envelopes: 31/03/2014 às 10:00 hs.
Abertura dos envelopes: 31/03/2014 às 10:00 hs.
Valor do Edital: R\$30,00(trinta reais)
Joaquim Antonio Coutinho Ribeiro
Prefeito Municipal

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
AVISO DE ADIAMENTO DE LICITAÇÃO - ORIGEM SEINFRA CONCORRÊNCIA PÚBLICA
NACIONAL Nº 20140001 IG Nº 80987000
OBJETO - LICITAÇÃO DO TIPO MENOR PREÇO PARA AS OBRAS DE IMPLANTAÇÃO DA RESERVA INDÍGENA TABA DOS ANACÉ, COMPREENDENDO A CONSTRUÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS, UMA ESCOLA INDÍGENA, UM POSTO DE SAÚDE, ACESSO VIÁRIO, VIAS INTERNAIS, SISTEMAS DE ENERGIA ELÉTRICA, DE ÁGUA E DE ESGOTO, TERRAPLENAGEM E DRENAGEM. A Comissão Central de Concorrências, no uso de suas atribuições legais, comunica aos interessados, que em razão da necessidade de ajustes no Edital, a data de entrega e recebimento de documentação e proposta marcada para o dia 14/03/2014, às 9h30min (nove horas e trinta minutos), fica ADIADA até data posterior. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 11 de Março de 2014. MARIA BETÂNIA SABOIA COSTA - vice-presidente da CCC

Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Colaboradores do Grupo Saint-Gobain
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
O Presidente da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Colaboradores do Grupo Saint-Gobain, no uso das atribuições que lhe confere o Estatuto Social, convoca os 30 delegados e demais associados, para reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária, que se realizará em Av. Santa Marina, 443, nesta cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, no dia 25 de março de 2014, obedecendo aos seguintes horários e "quorum" para sua instalação, sempre no mesmo local, cumprindo o que determina o Estatuto Social: (1) Em primeira convocação: às 15 horas, com a presença de 2/3 (dois terços) do número total de delegados; (2) Em segunda convocação, às 16 horas com a presença de metade e mais do número total de delegados; (3) Em terceira e última convocação, às 17 horas com a presença mínima de 10 (dez) delegados, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: a) Prestação de contas dos 1º e 2º semestres do exercício de 2013, compreendendo o Relatório da Gestão, o Demonstrativo da Conta de Sobras e o Parecer do Conselho Fiscal; b) Destinação dos juros ao capital; c) Destinação das sobras líquidas; d) Aplicação do Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES; e) Reconposição de membro do Conselho de Administração; f) Eleição do Conselho Fiscal; e g) Assuntos de interesse geral. São Paulo, 12 de março de 2014. Wagner Souza Sabatini - Presidente.
Nota: Conforme determina o art. 30 da Resolução CMN 3.859/10, as demonstrações contábeis do exercício de 2013, acompanhadas do respectivo parecer dos auditores independentes estão à disposição dos associados na sede da cooperativa e foram disponibilizadas de acordo com o prazo legal.

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
AVISO DE REMARCAÇÃO DE LICITAÇÃO - ORIGEM PMCE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20130040 IG Nº 80037500
A POLÍCIA MILITAR DO CEARÁ, por intermédio da Pregoeira e de membros da equipe legalmente designados, torna público para conhecimento dos interessados e REMARCAÇÃO da licitação acima citada, cujo objeto é: Aquisição de pneus para frota de veículos de pequeno, médio, grande porte e motocicletas pertencentes à Polícia Militar do Ceará. MOTIVO: Alteração no Edital. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.licitacoes-e.com.br, até o dia 01/04/2014, às 08h30min, (Horário de Brasília-DF). BERTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.spep.leg.br/procuradoria/geral do Estado, em Fortaleza, 11 de Março de 2014. ISABEL MARIA SILVA BRAGA - Pregoeira

MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ/MF nº 08.343.492/0001-20 - NIRE 31.300.023.907
Companhia Aberta
ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 12 DE MARÇO DE 2014
A Reunião do Conselho de Administração da MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES S.A., instalada com a presença dos seus membros abaixo assinados, independentemente de convocação, presidida pelo Sr. Rubens Menin Teixeira de Souza e secretariada pela Sr. Maria Fernanda N. Menin Teixeira de Souza Maia, realizou-se às 18:00 horas do dia 12 de março de 2014, na sede social da Companhia, na Avenida Raja Gabaglia, 2.720 (exceto lado direito do 1º andar e sala 21), Bairro Estoril, em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais. Na conformidade da Ordem do Dia, a seguinte deliberação foi tomada e aprovada, por unanimidade de votos: (a) aprovar as Demonstrações Financeiras da Companhia e a destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, ad referendum da Assembleia Geral da Companhia. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi assinada pelos presentes: Belo Horizonte, 12 de março de 2014. Rubens Menin Teixeira de Souza, Presidente da Companhia; Maria Fernanda N. Menin Teixeira de Souza Maia, Secretária da Mesa; Rubens Menin Teixeira de Souza; Marcos Alberto Cabelero Fernandez; Levi Henrique; Fernando Henrique da Fonseca; Marco Aurélio de Vasconcelos Cançado; João Batista de Abreu; Rafael Nazareth Menin Teixeira de Souza

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
AVISO DE ADIAMENTO DE LICITAÇÃO - ORIGEM SRH CONCORRÊNCIA PÚBLICA
NACIONAL Nº 20130099 IG Nº 80279900
OBJETO: LICITAÇÃO DO TIPO MENOR PREÇO PARA A EXECUÇÃO DAS OBRAS DE CONSTRUÇÃO DA ADUTORA DE FORTIM, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS, NO MUNICÍPIO DE BEBERIBE, ESTADO DO CEARÁ. A Comissão Central de Concorrências, no uso de suas atribuições legais, comunica aos interessados, que em razão da necessidade de ajustes no Edital, a data para recebimento de documentação e propostas marcada inicialmente para o dia 21/03/2014, às 16:30h(dezesseis horas e trinta minutos), fica ADIADA até data posterior. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 12 de Março de 2014. MARIA BETÂNIA SABOIA COSTA - vice-presidente da CCC